

Faculdade Ciências da Vida – FCV

AUTOMEDICAÇÃO ENTRE UNIVERSITÁRIOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE NA FCV-SETE LAGOAS: INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO ACADÊMICO

Letícia Abreu de Sousa*
Camila Filizzola de Andrade Sena**

RESUMO

A automedicação consiste no consumo de medicamentos sem prescrição médica para aliviar sintomas ou tratar doenças. No Brasil essa prática é feita por inúmeras pessoas e como o uso de medicamentos sem prescrição e orientação médica pode trazer riscos para a saúde, a automedicação se torna um problema de saúde que merece atenção. Um dos fatores que contribuem para a automedicação é o nível de informação dos indivíduos. Assim, o objetivo deste trabalho foi investigar a frequência da automedicação e o perfil de utilização de medicamentos sem prescrição pelos acadêmicos da Faculdade Ciências da Vida. Foi realizada uma pesquisa de campo por meio de questionário estruturado aplicado em uma amostra de 36 estudantes dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Psicologia. A maioria (55,56%) dos acadêmicos eram mulheres, com idade variando entre 18 a 40 anos, na faixa etária dos 20 a 30 anos (72,22%). No total, os acadêmicos consumiram 56 medicamentos de 5 classes diferentes. A prevalência da automedicação foi de 36,11%, e as classes medicamentosas mais utilizadas sem prescrição foram os anti-inflamatórios (11 – 57,89%) e analgésicos (6 – 31,58%). A orientação para automedicação foi realizada em maior parte (76,92%) pelo próprio indivíduo, médicos e enfermeiros (27,08%) e farmacêuticos (27,08%). A maioria dos estudantes que praticava automedicação (61,54%) compra os medicamentos quando necessário, 46,15% informou não possuir conhecimento adequado para a automedicação. Esses resultados indicam a necessidade de novos estudos, pois a prevalência da automedicação foi mais baixa entre as mulheres e mais praticada entre os homens, se tornando discrepante da maioria dos estudos na área.

Descritores: automedicação; universitários; uso de medicamentos; reações adversas.

ABSTRACT

The self-medication consists of the use of without medical prescription drugs, in order to alleviate symptoms or treat diseases. In Brazil, this practice is done by numerous people and how the use of drugs without prescription and medical guidance can bring health risks, becomes a public health problem that deserves attention. One of the factors that contribute to self-medication is the level of information of individuals. Thus, the aim of this study was to investigate the frequency of self-medication and the profile of drug use without prescription by students of the Faculdade Ciências da Vida college in Sete Lagoas city – Minas Gerais a state from Brazil. Was held a field research using a structured questionnaire applied to a sample of 36 students of Nursing courses, Pharmacy, Nutrition and Psychology. The majority of academics (55.56%) were female, aged from 18 to 40, whose age range was 20 to 30 years (72.22%). In total the scholars consumed 56 drugs of 5 different classes. The prevalence of self-medication was 36.11%, and the most used drug classes without doctor's prescription were anti-inflammatory drugs (from 11 to 57.89%) and analgesics (6 - 31.58%). The guidance for self-medication was conducted in most (76.92%) by the individual himself, the doctors and nurses (27.08%) and pharmaceuticals (27.08%). The majority of students who practiced self-medication (61.54%) bought medicines when needed, 46.15% said it did not have adequate knowledge for self-medication. These results indicate the necessity of new studies, because the prevalence of self-medication was lower among women and more practiced among men becoming disagreeing with most studies in the area.

Descriptors: self-medication; university; drug use; adverse reactions.

*Graduanda em Farmácia, Faculdade Ciências da Vida (FCV). E-mail: leticiaabreu71@yahoo.com.br

**Farmacêutica, Mestre em Ciências Farmacêuticas (UFMG), Faculdade Ciências da Vida (FCV). E-mail: camilafilizzola@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A automedicação é considerada como consumo de medicamentos sem prescrição médica, com o intuito de aliviar sintomas ou tratar doenças, sendo reconhecida como uma prática de autocuidado com a saúde. Atualmente esse assunto está sendo bastante abordado, porém essa prática já é vivenciada por diferentes gerações. A desunião da farmácia e a clínica ocorrida em meados do século XX desencadeou uma disputa de poder entre os médicos e os farmacêuticos em relação à indicação dos medicamentos. Pode-se dizer que esse fenômeno favoreceu o uso indiscriminado dos medicamentos sem prescrição médica, dividindo o assunto em duas vertentes: automedicação responsável realizada sobre a indicação farmacêutica e automedicação não responsável (JESUS; YOSHIDA; FREITAS, 2013).

No Brasil a automedicação é um fator que merece atenção, pois se tornou um ato comum para toda população devido à dificuldade de acesso ao serviço público de saúde. Tal prática está associada ao aumento da frequência de casos intoxicação, além de agravar e mascarar doenças. Porém, o que se percebe é que os brasileiros não agem de acordo com a Política Nacional de Medicamentos que, através da portaria do Ministério da Saúde nº3.916 de 30 de outubro de 1998, prevê que a utilização de medicamentos deve ocorrer de maneira racional, ética e correta (BORGES, 2013).

A automedicação é praticada independente da classe social e econômica do paciente, sendo que estudos têm apontando que os mais adeptos são as pessoas que possuem maior nível de informação (JESUS; YOSHIDA; FREITAS, 2011; PINHEIRO *et al.*, 2013; SILVA *et al.*, 2011). O conhecimento alcançado sobre os medicamentos proporciona maior confiança para a prática entre os estudantes universitários, em especial, os da área da saúde. No Brasil o estudo acerca da automedicação entre universitários ainda é escasso, o que dificulta a elaboração de políticas relacionadas à conscientização sobre o uso de medicamentos sem orientação de um profissional (SILVA *et al.*, 2015).

A venda de medicamento sem prescrição médica somente deveria ser executada sob a supervisão do profissional farmacêutico, pois as informações disponibilizadas pelos mesmos têm como objetivo promover o uso racional dos medicamentos. O conhecimento adquirido ao longo do curso e sua atuação na dispensação dos medicamentos conferem ao farmacêutico a oportunidade de promover o uso consciente dos fármacos, além de reforçar o seu papel no combate ao exercício da automedicação não responsável. A sua atuação deve ser baseada

levando em conta aspectos fisiológicos e patológicos do paciente para realizar a prescrição (FERNANDES; CEBMBRANELLI, 2014).

Assim, este trabalho torna-se importante, uma vez que o uso indevido de medicamentos, mesmo aqueles considerados comuns como os analgésicos, pode trazer vários prejuízos à saúde, pois nenhum fármaco é inócuo ao organismo. E, as consequências podem variar de uma simples reação de hipersensibilidade até uma dependência química. Desta forma, essa prática é considerada como um problema de saúde pública que requer especial atenção, uma vez que coloca a saúde da população em risco (DHAMER *et al.*, 2012). Diante do contexto da automedicação faz-se a seguinte indagação: qual a frequência da prática da automedicação entre acadêmicos da área da saúde?

Frente a esse questionamento pode-se levantar a hipótese de que, tendo a automedicação significativa associação com um nível mais amplo de informação entre os indivíduos, pode existir uma frequência consideravelmente alto de uso de medicamentos sem prescrição médica entre graduandos da área da saúde, de modo que suas características de perfil podem igualmente estar associadas a essa prática.

Diante disso, o objetivo principal deste trabalho foi investigar a frequência da automedicação e o perfil de utilização de medicamentos sem prescrição pelos acadêmicos da Faculdade Ciências da Vida. O trabalho buscou ainda, identificar os pontos positivos e negativos da automedicação; conhecer os principais medicamentos utilizados sem prescrição médica para alívio dos sintomas mais frequentes e demonstrar a importância da atenção farmacêutica na conscientização sobre os riscos da automedicação. A metodologia foi baseada em uma pesquisa de campo, de caráter descritivo e abordagem quantitativa que caracterizou os estudantes da área da saúde quanto à prática da automedicação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde é um problema que atinge toda a população, tornando a automedicação uma prática necessária quando o indivíduo por decisão própria utiliza algum medicamento para alívio imediato de sintomas, principalmente relacionados à dor. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) essa ação é vantajosa, pois diminui a demanda dos atendimentos dos serviços públicos para casos de menor urgência. A comercialização de medicamentos ausentes de prescrição é autorizada pela Agência Nacional

de Vigilância Sanitária (ANVISA) através da Resolução RDC 138 de 2003, que disponibiliza uma relação de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP) em razão da sua confiabilidade e eficácia (BORGES, 2013; BRASIL, 2016).

Segundo a OMS seriam necessários cerca de 420 medicamentos para tratar as patologias existentes, porém são comercializadas mais de 32 mil formulações no mercado brasileiro. A crescente quantidade de produtos farmacêuticos disponíveis no mercado, a simbologia de saúde atribuída aos medicamentos por parte da população geral e a publicidade robusta e irresponsável da indústria farmacêutica, vastamente propagada nos meios de comunicação, são influências suplementares para a ocorrência da automedicação (SCHUELTER-TREVISOL *et. al.*, 2011).

Os medicamentos têm possibilitado a cura de múltiplas enfermidades, porém, em alguns casos, o uso indiscriminado pode criar efeitos indesejáveis à saúde (JESUS; YOSHIDA; FREITAS, 2013). O consumo inapropriado de medicamentos pode ocasionar prejuízos ao organismo além de mascarar patologias evolutivas, se tornando um problema que deve ser prevenido. Entre as principais consequências desta prática podem-se destacar a intoxicação, resistência a bactérias e dependência física. No Brasil estima-se que 29% das mortes são decorrentes de problemas relacionados à administração incorreta de medicamentos (BORGES, 2013).

Além disso, a automedicação é uma prática frequente em diversos estratos da população brasileira (ARAÚJO *et al.*, 2015). Grande parte dessa prática envolve os MIPs, principalmente, das classes voltadas para o tratamento de sintomas de dor, os quais são amplamente comuns a inúmeros problemas de saúde, se tornando de fácil acesso e compondo o estoque de medicamentos em vários domicílios e residências, o que torna, a classe dos analgésicos e anti-inflamatórios mais presente na automedicação (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2014; ARAÚJO *et al.*, 2015). Dentre os mais utilizados, independentemente da faixa etária, pode-se mencionar a dipirona, o ácido acetilsalicílico (AAS) e o paracetamol (SILVA; SOARES; MUCCILLO-BAISCH, 2012).

No município de Ceres/GO, um levantamento das classes de medicamentos mais utilizadas sem prescrição médica em drogarias (GARCEZ; SOUZA; BRITO, 2012) também chegou a resultados semelhantes. As classes mais utilizadas foram respectivamente os analgésicos (23,02%), anti-inflamatórios (9,75%) que, segundo as autoras, foram primordialmente utilizados para tratar a cefaleia e gripe. Dentre outros efeitos adversos, esses medicamentos podem suscitar desconforto estomacal, úlceras e gastrites. Esse estudo verificou ainda, o uso de Sildenafil, para tratamento da disfunção erétil, em 2,51% da

população, representando a oitava especialidade mais comercializada nas drogarias, fato que chama atenção uma vez que a maioria dos consumidos eram jovens.

Entre a população adulta da zona urbana de Teresina/PI, a automedicação com analgésicos também foi fortemente verificada (MARTINS *et al.*, 2011). Em amostra probabilística composta por 464 adultos, constatou-se que mais de 92% dos participantes consumiam medicamentos sem prescrição de nenhum profissional credenciado, de modo que os analgésicos eram usados por 63,4% da amostra. Dentre os motivos mais apontados para a prática da automedicação, a experiência anterior com o medicamento foi a principal justificativa, seguida de problemas como cólicas abdominais, diarreia e cólicas menstruais.

Mesmo na população idosa, que comumente faz uso de medicamentos para doenças crônicas, os analgésicos também são bastante utilizados. Estudo de base populacional com 934 idosos, em Goiânia, constatou que a prevalência da automedicação nessa população foi de 35,7% (SANTOS *et al.*, 2013). Nessa mesma pesquisa, os medicamentos mais frequentemente empregados na automedicação foram os analgésicos (30,8%), sendo que 24,6% dos idosos ainda fazia uso de benzodiazepínicos e antidepressivos sem prescrição médica.

Entre os universitários, os motivos e as classes mais presentes na automedicação igualmente são semelhantes aos resultados dos estudos supracitados. Em diferentes pesquisas realizadas pode-se observar que os principais motivos que promovem a automedicação entre estudantes são decorrentes dos sintomas de dores, relacionados à cefaleia, gripes e inflamação (TOMASINI; FERRAES; SANTOS, 2015; SOUZA *et al.*, 2011). Entre os grupos de medicamentos mais utilizados para alívio desses sintomas podem-se destacar os analgésicos. Esses fármacos são facilmente encontrados em diferentes pontos comerciais como bares, armazéns e mercearias, contrariamente as disposições legais. Embora exista a regulamentação para a comercialização desses medicamentos liberados sem prescrição, as constantes propagandas comerciais e a facilidade de adquirir os produtos incentivam seu uso de forma indiscriminada (SANTOS; COUTINHO 2010).

Os medicamentos mais usados entre os universitários são os analgésicos e antipiréticos, os anti-inflamatórios não esteroidais, os antitussígenos e os antiácidos (NARCISO, 2013). De acordo com uma pesquisa realizada em 2015 no Norte do Paraná foi constatado que o uso dos analgésicos corresponde a 65,4% dos anti-inflamatórios, a cerca de 36,8% e os antialérgicos e a 21% da utilização de medicamentos ausentes de prescrição entre acadêmicos de cursos diferenciados (TOMASINI; FERRAES; SANTOS, 2015; SOUZA *et al.*, 2011).

Um dos grandes problemas relacionados à automedicação é a interação medicamentosa, o uso de mais de um medicamento administrado concomitantemente pode potencializar ou diminuir o efeito do outro por ações antagonistas ou transformações no organismo (SANTOS; COUTINHO, 2010). No estudo de Dias *et al.* (2012), em 10 Drogarias em Campo Grande, por exemplo, foi verificada a presença de interações medicamentosas envolvendo o Dorflex®, um dos analgésicos (MIPs) mais utilizados no Brasil, das quais 50% eram consideradas de gravidade moderada.

Assim, a automedicação entre acadêmicos da área da saúde tem sido um assunto bastante estudado em países da Europa, já no Brasil ainda há poucos estudos sobre este tema, fator que dificulta a elaboração de medidas de intervenção e controle dessa prática. Todo conhecimento adquirido dentro da faculdade e as experiências anteriores fazem com que os universitários tenham confiança para se automedicarem tornando essa prática comum no meio acadêmico (SCHUELTER *et al.*, 2011).

Além do tempo gasto nas consultas médicas, o valor cobrado por elas é outro fator que favorece o consumo de medicamentos sem prescrição médica. Agendar consultas é um problema para aqueles que não possuem plano de saúde, devido à dificuldade de acesso aos serviços públicos. A maior parte dos estudantes para conseguir permanecer na faculdade precisa trabalhar, rotina esta que acaba dificultando o cuidado com a saúde, favorecendo o consumo de medicamentos de maneira irracional (NARCISO, 2013).

Os profissionais da saúde são preparados para promoverem a saúde da população além de orientarem sobre uso adequado de medicamentos, garantindo que este seja consumido na dose e horário corretos. Entretanto, percebe-se que o conhecimento obtido durante o curso, pode contribuir para que o estudante se torne mais confiante para a automedicação, ocorrendo por vezes de forma errônea. Desta forma, é necessário elaborar programas para incentivar o uso seguro dos medicamentos entre este grupo e na população geral (RODRIGUES *et al.*, 2015).

Em conformidade com a Ordem dos Farmacêuticos, o farmacêutico, é “um profissional de saúde, portador de carteira profissional emitida pela Ordem dos Farmacêuticos”. A sua formação permite-lhe maior experiência e conhecimento para a manipulação dos medicamentos, uso e avaliação dos efeitos adversos. Além de atender as necessidades do paciente em relação ao consumo de medicamentos com compromisso e respeito (JOAQUIM, 2011).

De acordo com o mesmo autor o farmacêutico é o último profissional que terá contato com o paciente antes desse tomar a medicação, por isso seu papel na sociedade é

indispensável para assegurar o uso racional e consciente de medicamentos evitando assim intoxicações, internações hospitalares e conseqüentemente promovendo promoção à saúde. Racionalizar o consumo de medicamentos é certificar que a escolha da terapêutica e a indicação sejam apropriadas e baseadas em evidências clínicas (JOAQUIM, 2011).

O conhecimento adquirido pelo profissional ao longo do curso e sua atuação na dispensação dos medicamentos conferem a ele a oportunidade de intervir nessa situação, reforçando o seu papel no combate ao exercício da automedicação não responsável. Isso pode e deve ocorrer a partir da atenção farmacêutica que, abarca atitudes, condutas éticas, habilidades e co-responsabilidades na prevenção de doenças e complicações, promoção e recuperação da saúde por meio de interação direta do profissional farmacêutico com o usuário de medicamentos (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2014).

Para Garcez, Souza e Brito (2012), através da prática da atenção farmacêutica o farmacêutico pode contribuir para a amenização dos riscos e conseqüências oriundas da automedicação, como, por exemplo, as intoxicações e interações medicamentosas nocivas, orientando e conscientizando a população sobre o uso inadequado de medicamentos. Como o profissional farmacêutico costuma ser um dos profissionais de saúde mais acessíveis a população e, a farmácia, uma importante porta de acesso primário à saúde no Brasil, Araújo *et al.* (2015) acreditam que através da atenção farmacêutica, pode-se contribuir significativamente para proporcionar a população mais informação sobre o uso racional de medicamentos, principalmente os MIPs, estimulando também a procura por outros profissionais de saúde especialmente quando há sinais de alerta.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho buscou caracterizar de forma quantitativa os estudantes da área da saúde no que concerne à prática da automedicação, assim como as razões e as situações que os induzem a essa prática e como o conhecimento alcançado no curso influencia na automedicação. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa descritiva, que enfatiza a descrição do problema da automedicação, segundo a perspectiva dessa prática enquanto que um problema de saúde pública, no qual se propõem caracterizar o perfil da automedicação e identificar os fatores a ela associados. Quanto aos meios, foi feito um estudo com universitários da Faculdade Ciências da Vida (FCV), o que caracteriza esse estudo como

pesquisa de campo. Segundo Marconi e Lakatos (2010) tal pesquisa tem como propósito adquirir informações e/ou conhecimentos em relação a um dado problema para o qual se busca uma resposta, comprovação de uma hipótese ou descoberta de novos fenômenos e relações entre estes. Quanto aos fins, os dados foram tratados de forma quantitativa, caracterizada pelo emprego de frequências relativas e absolutas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), as fases da realização da pesquisa descritiva requerem primeiramente, a execução de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, possibilitando um esclarecimento sobre o estado em que se encontra o problema. Sendo assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, utilizando as bases de dados Scielo e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) através das palavras-chave existentes nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “automedicação”, “universitários”, “uso de medicamentos”, “reações adversas”. Os critérios de inclusão determinados para o estudo bibliográfico foram: artigos que retrataram a temática da automedicação e consumo de medicamentos pelos discentes da área da saúde publicados entre o período de 2010 a 2016 (JESUS; YOSHIDA; FREITAS, 2011).

Em um segundo momento, foram determinadas as técnicas a serem empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra (MARCONI; LAKATOS, 2010). Dessa forma, a coleta de dados foi efetuada a partir da aplicação de um questionário, com questões fechadas aos 36 universitários da área da saúde da Faculdade Ciência da Vida, pertencentes ao curso de Farmácia, Nutrição, Enfermagem e Psicologia. Assim, o critério de inclusão para participação desta pesquisa foi pertencer a algum desses cursos da área da saúde. O questionário foi aplicado após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes.

Os dados obtidos por meio do questionário foram compilados e organizados com o uso do software Microsoft Excel 2010®, utilizando-se de ferramentas estatísticas descritivas, tais como distribuição de frequência. Posteriormente foram construídas tabelas para a ilustração dos resultados e então, analisados e discutidos em comparação com resultados observados em outros trabalhos científicos com objetivo de pesquisa semelhante.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao total 36 alunos distribuídos entre os cursos de enfermagem (25,00%), farmácia (27,78%), nutrição (27,78%) e psicologia (19,44%) responderam o questionário aplicado. A maioria dos participantes pertencia ao sexo feminino (20 ou 55,56%) ao passo que 16 (44,44%) eram do sexo masculino, sendo que a idade dos estudantes variou de 18 a 40 anos, com predominância da faixa etária dos 20 a 30 (72,22%) anos de idade (Tabela 1). Essa maior faixa etária contrasta com a principal faixa etária presente no estudo de Silva e Rodrigues (2014) voltado para a análise da prática da automedicação entre acadêmicos de cursos da área da saúde, no qual a faixa etária de 21-25 anos foi mais expressiva (50,7%). A faixa etária mais próxima deste trabalho foi encontrada por Fontanella, Galato e Remor (2013) em estudo que buscou investigar a automedicação entre universitários dos cursos da área da saúde em uma universidade do sul do Brasil, no qual foi mais comum a faixa etária dos 19-30 anos (85,1%). Já a maior porcentagem de mulheres na amostra (55,56%) pode estar relacionada com sua maior presença nos cursos superiores, correspondendo a 55% dos graduandos conforme o Censo da Educação Superior (INEP, 2013).

Tabela 1 – Distribuição dos universitários em relação ao gênero, faixa etária e curso

Variáveis		Estudantes	%
Gênero	Masculino	16	44,44
	Feminino	20	55,56
Idade	Menos de 20 anos	7	19,44
	20 a 30 anos	26	72,22
	30 a 40 anos	3	8,33
Curso	Enfermagem	9	25,00
	Farmácia	10	27,78
	Nutrição	10	27,78
	Psicologia	7	19,44

Fonte: dados da pesquisa

A maior parte dos acadêmicos deste estudo se encontrava no último período do curso, principalmente nos cursos de farmácia (6) e enfermagem (5) conforme o Gráfico 1. Deste modo, em geral, na amostra de estudantes selecionados, 38,89% frequentavam o 10º período, 13,89% estavam no 9º ou no 7º período respectivamente, em igual porcentagem 8,33% pertenciam ao 6º e 3º período e, com menor frequência 5,56% cursavam o 5º período e 2,78% o 4º período em um dos quatro cursos incluídos nesta pesquisa.

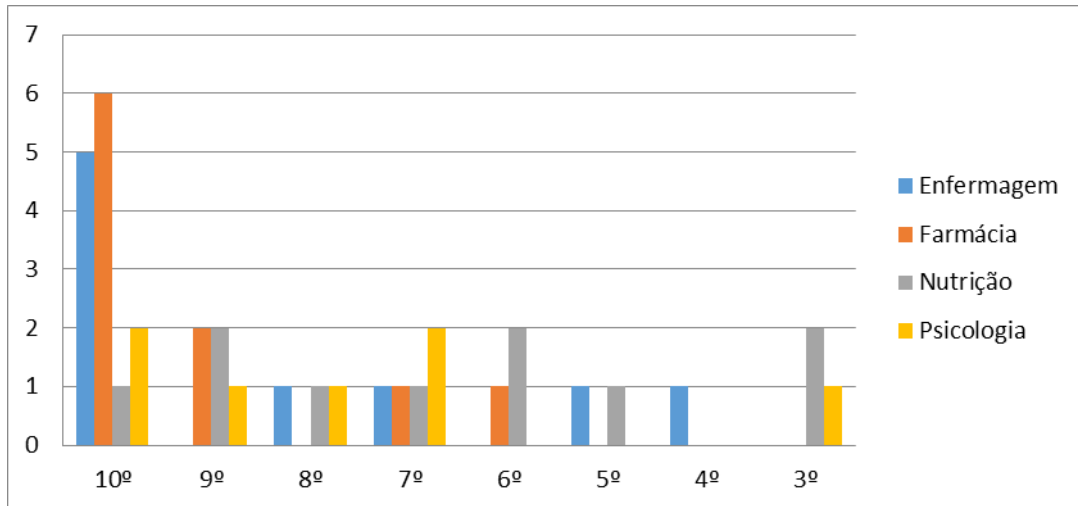


Gráfico 1 – Curso separado por período

Fonte: dados da pesquisa

No total, os acadêmicos utilizaram 56 medicamentos distribuídos em 5 classes distintas. Dentre as classes medicamentosas mais utilizadas no trabalho se encontram os anti-inflamatórios (28), analgésicos (15) e antibióticos (7) conforme o Gráfico 2. A quantidade de medicamentos utilizados com prescrição médica nos últimos 12 meses foi superior (63,89%) a utilizada sem prescrição (36,11%). Assim, a automedicação esteve presente em 36,11% (13 estudantes) da amostra de acadêmicos, sendo mais comum entre os homens (53,85% – 7) do que entre as mulheres (45,15% – 6).

Esse resultado está distante dos percentuais de automedicação encontrados por outros estudos dedicados a presença dessa prática entre universitários. Na faculdade de Ceilândia, estudo que buscou avaliar o comportamento de 114 graduandos na área da saúde (85% do gênero feminino entre os 20-29 anos) em referência ao uso de medicamentos, constatou prevalência da automedicação de 97,3% (BORGES, 2013). Em estudo transversal com 342 universitários, 69,7% do sexo feminino e 81 (23,7%) da área da saúde, a ocorrência da automedicação também foi exponencial, 96,5% (GALATO; MADALENA; PEREIRA, 2012). Nessa mesma perspectiva, Silva e Rodrigues (2014) verificaram que 98,1% dos 209 estudantes de várias áreas da saúde usaram medicamentos sem ter recebido orientação ou receita médica.

Em estudo observacional com 219 estudantes da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança, 98% dos acadêmicos informaram recorrer à automedicação (CASTRO *et al.*, 2016). No trabalho de Silva *et al.* (2011) sobre esse mesmo assunto, envolvendo 697 acadêmicos, a taxa de automedicação foi mais expressiva em todos

os cursos da área da saúde: 94,55% entre alunos do curso de medicina, 93,18% odontologia, 89,50% farmácia e 88,57% no curso de enfermagem.

Embora a maior parcela das pesquisas sobre automedicação entre acadêmicos encontre um alto percentual dessa prática, um resultado inferior pode ocorrer. Nesse caso, o estudo que encontrou resultados mais próximos ao presente trabalho entrevistou 342 alunos de diversos cursos da área da saúde na Universidade de Santa Cruz do Sul/RS (DHAMER *et al.*, 2012). Foi observado que 41,9% faziam uso de medicamentos sem a orientação do médico, de maneira que a automedicação foi efetuada por 29,1%. Como a amostra foi previamente estimada contando com intervalo de confiança de 95%, e mesmo assim a prevalência da automedicação foi baixa, o número bem menor de participantes do presente estudo, pode não ter exercido tanta influência nos resultados aqui encontrados. É preciso considerar também que, de acordo com Fontanella, Galato e Remor (2013) a presença da automedicação pode variar conforme fatores sociodemográficos e psicossociais que são profundamente influenciados pelos aspectos associados ao local onde a prática é estudada.

Dos medicamentos mais utilizados sem prescrição, podem-se destacar os anti-inflamatórios (11 – 57,89%) e analgésicos (6 – 31,58%). Outros medicamentos menos utilizados referem-se aos antidepressivos (1) e antibióticos (1). Ainda que a frequência da automedicação tenha sido menor do que a encontrada por outros estudos já citados, a maior presença dos anti-inflamatórios e analgésicos nessa prática está consonante com a literatura (FERNANDES; CEMBRANELLI, 2014; ARAÚJO *et al.*, 2015; GARCEZ; SOUZA; BRITO, 2012; TOMASINI; FERRAES; SANTOS, 2015). Já os antibióticos e antidepressivos têm sido pouco observados, pois a receita médica nesse caso é obrigatória e de acordo com Fontanella, Galato e Romor (2012), com a Resolução nº 44 de 26 de outubro de 2010 da ANVISA para controle das vendas de antibióticos, seu uso deve reduzir ou desaparecer.

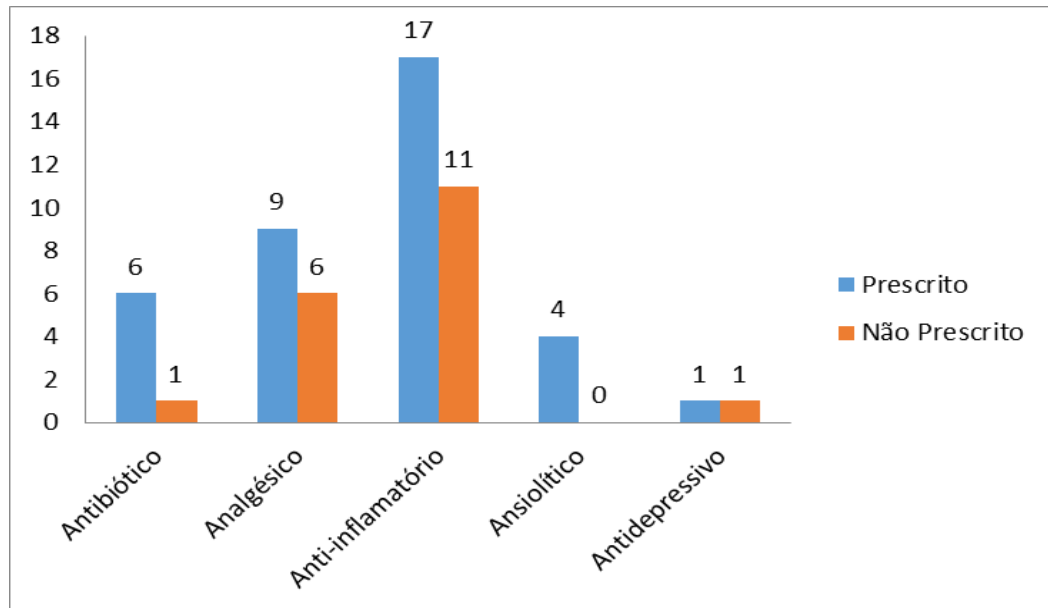


Gráfico 2 – Classe de medicamentos separados por prescrição médica nos últimos 12 meses

Fonte: dados da pesquisa

No estudo de Borges (2013) os medicamentos mais consumidos sem prescrição médica foram os anti-inflamatórios (41,6%), sendo que as principais causas para a automedicação foram as dores (76,1%) e resfriados (61,5%). Em uma universidade pública, no interior de Minas Gerais, estudo com 103 acadêmicos de enfermagem verificou que 66% praticavam automedicação, sendo que a classe terapêutica dos anti-inflamatórios foi a mais utilizada (59%) (JÚNIOR; FILHO; AZEVEDO, 2013). No estudo de Masson *et al.* (2012) o uso de anti-inflamatórios também foi considerável, dos 362 discentes de medicina 98,3% exerciam automedicação, sendo os analgésicos e antitérmicos utilizados por (94,2%), seguidos dos anti-inflamatórios (85,1%).

Em Universidade Federal do Tocantins, a incidência da automedicação verificada entre 145 universitários foi de 98% e os analgésicos (77%) e anti-inflamatórios (72%) também aparecem como os mais usados (ARRUDA *et al.*, 2011). No estudo de Castro *et al.* (2016) os analgésicos (88%) e os anti-inflamatórios (86%) foram os dois medicamentos mais utilizados entre os acadêmicos investigados. Segundo Arruda *et al.* (2011) a significativa presença dessas classes medicamentosas na automedicação se deve ao fato de envolverem MIP, que são mais explorados pelas propagandas publicitárias e a despeito da venda liberada, não devem ser utilizados sem a orientação acertada por parte de um profissional de saúde.

Independentemente de terem sido ou não prescritos, a orientação sobre a utilização dos medicamentos consumidos nos últimos 12 meses pelos participantes da pesquisa, foi em sua maioria (44,83%) realizada pelo próprio indivíduo, o que em respeito aos medicamentos

não prescritos configura a automedicação não responsável. Outra parcela utilizou esses medicamentos sempre com base na orientação de médicos e enfermeiros (37,93%) e apenas 10,34% e 1,72% relataram receber orientações quanto ao uso dos medicamentos informados através dos farmacêuticos ou balconistas de farmácia respectivamente. Sobre isso, a Tabela 2 apresenta separadamente variáveis associadas apenas aos acadêmicos que praticaram automedicação. Nesse sentido, a auto-orientação foi frequente em 76,92% dos que se automedicavam, seguida de igual percentual (27,08%) para médicos e enfermeiros e farmacêuticos (Tabela 2).

Tabela 2 – Variáveis separadas por acadêmicos que praticaram automedicação

Variáveis	Automedicação/gênero			
	Masculino	Feminino	Total	%
Faixa etária				
Menos de 20 anos	1	1	2	15,38
30 a 40 anos	1	1	2	15,38
20 a 30 anos	4	5	9	69,23
Curso				
Enfermagem	3	2	5	38,46
Farmácia	3	2	5	38,46
Nutrição	1	2	3	23,08
Psicologia	0	0	0	0
Período				
3°	1		1	7,69
5°	1	1	2	15,38
6°	1		1	7,69
7°	1		1	7,69
8°	1		1	7,69
9°	1		1	7,69
10°	2	4	6	46,15
Orientação para utilizar medicamentos				
Própria	7	2	10	76,92
Médicos e enfermeiros	1	2	3	23,08
Farmacêuticos	1	2	3	23,08
Balconista de farmácia	1		1	7,69
Outros		1	1	7,69
Embasamento				
Costume, continuou o uso após consultar	3	3	6	46,15
Conhecimento para automedicação	4	1	5	38,46
Não respondeu		2	2	15,38
Usa os mesmos medicamentos para sintomas iguais				
Sim	2	3	5	38,46
Não	2	2	4	30,77
Uso o que estiver disponível	1	3	4	30,77
Sobre o estoque domiciliar de medicamentos				

Sim, procuro tê-los em casa	3	2	5	38,46
Não, mas compro quando preciso	4	4	8	61,54
Não, procuro unidade de saúde e receita	1		1	7,69
RAM	1		1	7,69
Curso e conhecimento para automedicação				
Sim, me considero apto a me automedicar	3	1	4	30,77
Não, meus conhecimentos são insuficientes	1	2	3	23,08
Não, não tenho conhecimento suficiente	3	3	6	46,15

Fonte: dados da pesquisa

Dados referentes a orientação com relação a prática da automedicação parecem discrepar de acordo com o estudo. Alguns estudos encontram resultados que apresentam a maior participação dos familiares como influenciadores ou orientadores na automedicação e outros não (GALATO; MADALENA; PEREIRA, 2012). No trabalho de Luz *et al.* (2014) 128 acadêmicos de diversos cursos da Universidade Federal de Uberlândia foram investigados, a prevalência da automedicação foi de 57,1%, sendo que em dois cursos 81,6% e 73,7% respectivamente faziam uso de medicamentos com base na indicação de familiares. Em outro estudo, 38,2% e 30,1% dos estudantes respectivamente receberam orientação para se automedicar através de familiares ou por conta própria (SILVA; RODRIGUES, 2014).

Nesta pesquisa, a base para a orientação quanto as classes medicamentosas utilizadas entre os acadêmicos, refere-se em maior expressão o costume ou o uso crônico (41,67%). O segundo motivo apontado pelos estudantes foi a crença de que tinham conhecimento teórico para se auto-orientar quanto ao uso dos medicamentos (38,89%). Essa resposta também foi semelhante para os indivíduos que praticavam automedicação, já que 46,15% também se basearam no costume, tendo consultado uma vez e continuado o uso de algum medicamento que fora prescrito e 38,46% se baseava no seu conhecimento (Tabela 2). Na pesquisa de Galato, Madalena e Pereira (2012) de igual modo foi notado o uso de prescrições antigas, um costume que comumente se associava com o armazenamento de medicamentos em casa. Arruda *et al.* (2011) também considera a reutilização de restos de medicamentos de tratamentos feitos outrora e uso de prescrições antigas como uma comum forma de automedicação. Quanto ao conhecimento para a orientação, o trabalho de Borges (2013) constatou maior orientação dos familiares (63,5%) e do próprio indivíduo (58,9%).

A fim de compreender uma possível associação entre esse costume e o uso dos mesmos medicamentos ao apresentar sintomas semelhantes, 38,89% responderam que não usam os mesmos medicamentos nessa situação, 33,33% usam o que têm disponível em sua residência e 27,78% responderam sim. Entre os estudantes que se automedicavam, entretanto,

essa associação pode ser possível, já que 38,46% usavam os mesmos medicamentos ao sentir sintomas percebidos como semelhantes em comparação com situações anteriores (Tabela 2). Castro *et al.* (2016) verificaram que esse tipo de uso, entre 51% acadêmicos, tende a ser feito até que os sintomas sejam aliviados.

Em relação ao acesso aos medicamentos utilizados, a compra de acordo com a necessidade (47,50%) foi a principal resposta dos participantes, seguida do estoque domiciliar de medicamentos (27,50%) e a unidade de saúde (25,00%). Mesmo entre apenas os estudantes que praticavam automedicação, essa resposta prevaleceu (61,54%), sendo que 38,46% procurava ter os medicamentos em sua casa (Tabela 2). Essas respostas não trazem muita surpresa, pois a praticidade, o fácil acesso a compras, pouco acesso ao serviço de saúde e a não obrigatoriedade de receita são conhecidamente fatores que influenciam na automedicação (GALATO; MADALENA; PEREIRA, 2012; DHAMER *et al.*, 2012).

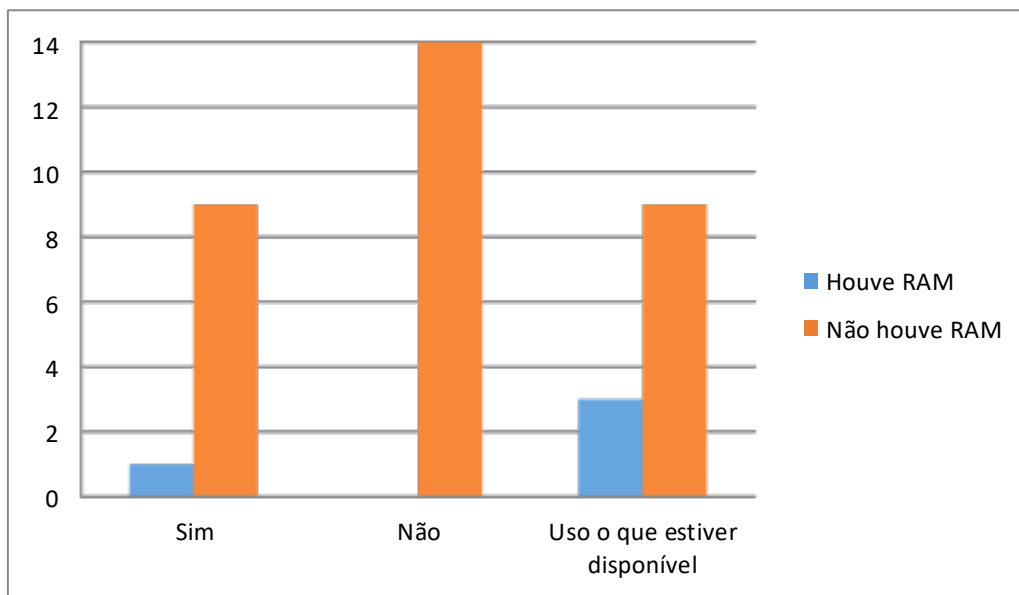


Gráfico 5 – RAM's separadas por utilização dos mesmos medicamentos ao apresentar sintomas semelhantes

Fonte: dados da pesquisa

Apenas um (2,78%) participante informou que teve intoxicação por medicamento, e 4 indivíduos (11,11%) relataram episódio de Reação Adversa a Medicamentos (RAM). Em 3 casos de RAM, os indivíduos haviam informado que utilizavam os medicamentos que estavam disponíveis em sua residência ao sentir os mesmos sintomas (Gráfico 3). Já entre os sujeitos que praticavam automedicação, somente uma pessoa sofreu RAM (Tabela 2). De modo semelhante, no estudo de Fontanella, Galato e Remor (2013) a maioria (90,4%) dos

acadêmicos não havia tido nenhuma reação adversa aos medicamentos consumidos com ausência de prescrição médica. Mas, conforme essas mesmas autoras, a possibilidade de RAM não pode ser descartada já que estas podem passar despercebidas, podendo se assemelharem aos sintomas de condições comuns como resfriados e gripes.

Em relação à autopercepção sobre o conhecimento proporcionado pelo curso e a competência para a prática da automedicação, o maior percentual (41,67%) dos acadêmicos declarou que os conhecimentos adquiridos eram insuficientes para isso. O restante (33,33%) informou não ter conhecimento satisfatório para automedicação e 25,00% se consideraram aptos para essa prática. Entre os alunos que praticavam a automedicação, é digno de nota que 46,15% informou não ter conhecimento ou considerou-o insuficiente (23,08%), ao passo que 30,77% se consideravam aptos a se automedicar (Tabela 2). Isso evidencia que mesmo não tendo conhecimento necessário, algumas pessoas se automedicaram.

Nesse sentido, os acadêmicos da área da saúde representam uma população diferenciada, pois tendem a ter mais conhecimento acerca dos medicamentos (FONTANELLA; GALATO; REMOR, 2013). Assim, embora a prevalência da automedicação tenha sido baixa neste estudo, outros estudos vêm confirmando sua forte presença entre futuros profissionais de saúde. Ao confrontar a frequência da automedicação entre estudantes da área da saúde e graduandos de outras áreas, Montanari *et al.* (2014) verificaram que na área da saúde houve mais adeptos (96,9% contra 82,6%). Esse fato pode estar relacionado ao período, pois no estudo de Masson *et al.* (2012) os acadêmicos de períodos mais avançados estavam mais propensos a se automedicar e no estudo de Silva *et al.* (2014) os conhecimentos adquiridos na faculdade foi um dos principais fatores que influenciaram na automedicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo investigar a frequência da automedicação e o perfil de utilização de medicamentos sem prescrição pelos acadêmicos da Faculdade Ciências da Vida. Porém, a prevalência da automedicação encontrada entre os acadêmicos foi baixa (36,11%). Essa baixa frequência, por um lado pode ter resultado da amostra pequena de acadêmicos e, por outro, pode significar um resultado positivo, pois como futuros profissionais de saúde, espera-se que os estudantes dessa área apresentem atitudes coerentes

com sua formação e prática profissional (FONTANELLA; GALATO; REMOR, 2013). Em conformidade com a literatura, as principais classes de medicamentos utilizadas foram os anti-inflamatórios e analgésicos.

A maioria dos acadêmicos que se automedicaram eram homens, contrariando, com as devidas ressalvas, a ideia de que as mulheres exercem mais a automedicação em decorrência de se medicarem mais em todas as fases da vida devido aos problemas de saúde mais incidentes como cólicas menstruais e enxaquecas (SILVA *et al.*, 2014). De qualquer forma, essa ideia deve ser interpretada a luz da realidade da educação superior atual que, constata maior presença de mulheres nos cursos superiores e também nos cursos da área da saúde (DHAMER *et al.*, 2012). Ademais, não foi inquirido sobre o uso de anticoncepcionais que requerem prescrição médica, o que pode também ter influenciado nos resultados deste trabalho.

Assim, este estudo procurou contribuir com as pesquisas referentes a automedicação entre universitários. Diante das limitações apresentadas, tornam-se necessários novos estudos com populações maiores a fim de se obter um desenho mais sistemático e representativo sobre a incidência da automedicação entre acadêmicos, bem como avançar no entendimento dos riscos, necessidade de educação em saúde, promoção da atenção farmacêutica e também do uso racional de medicamentos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. L. *et al.* Estudos brasileiros sobre automedicação: uma análise da literatura. **Rev. Bras. Farm.**, v. 96, n. 2, 2015, p. 1178 – 1201. Disponível em: <<http://www.rbfarma.org.br/files/699--Estudos-brasileiros-sobre-automedicacao--uma--analise-da-literatura---Formatado---Review-1178---1201.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- ARRUDA, E. L. *et al.* AUTOMEDICAÇÃO Verificação em estudantes universitários da Universidade Federal do Tocantins - UFT Araguaína. **Ensaio e Ciência Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde**, v. 15, n. 6, 2011, p. 21-30. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/260/26024221002.pdf>>. Acesso me: 21 out. 2016.
- BORGES, F. S. A. **A automedicação em estudantes universitários da Faculdade de Ceilândia**. 2013. 17 f. Monografia (Graduação em Farmácia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7428/1/2013_FelipeSilvaAlvesBorges.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 138, de 29 de maio de 2003. Legislação: consulta a banco de dados, 2016. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

CASTRO, C. *et al.* A automedicação nos Alunos da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança. **Millenium**, v. 2, n. 1, 2016, p. 123-130. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/automedica%C3%A7%C3%A3o-nos-alunos-da-escola-superior-saude-do-instituto-politecnico/id/68902249.html>. Acesso em: 23 out. 2016.

DHAMER, T. *et al.* A automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde em uma universidade privada do estado do Rio Grande do Sul. **Rev Epidemiol Control Infect.**, 2012, v. 2, n. 4, 2012, p. 138-140. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/3324/2383>>. Acesso em: 27 set. 2016.

DIAS, D. C. *et al.* Análise da dispensação de Dorflex® em drogarias da cidade de Campo Grande-MS: estudo das interações medicamentosas e o impacto na automedicação. **Rev. Pesq. Inov. Farm.**, v. 4, n. 1, 2012, p. 08-17. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/RPInF/article/view/47/42>>. Acesso em: 07 out. 2016.

FERNANDES, W. S.; CEMBRANELLI, J. C. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: o papel do profissional farmacêutico no combate a essas práticas. **Revista Univap**. São José dos Campos, v. 21, n. 37, p. 5-12, jul.2015. Disponível em: <<http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/265/259>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

FONTANELLA, F. G.; GALATO, D.; REMOR, K. V. T. Perfil de automedicação em universitários dos cursos da área da saúde em uma instituição de ensino superior do sul do Brasil. **Rev. Bras. Farm.**, v. 94, n. 2, 2013, p. 154-160. Disponível em: <<http://www.rbfarma.org.br/files/rbf-94-2-11-2013.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

GALATO, D.; MADALENA, J.; PEREIRA, G. B. Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, 2012, p. 3323-3330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n12/17.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

GARCEZ, E. A. M.; SOUZA, K. S.; BRITO, A. F. Classes terapêuticas mais consumidas no município de Ceres-GO no ano de 2012. **JIC - Jornada de Pesquisa e Iniciação Científica**, v. 3, n. 3, 2012, p. 1-11. Disponível em: <<http://ceres.facer.edu.br/anais/index.php/jic/article/view/12/11>>. Acesso em: 15 set. 2016.

INEP. **Censo da educação superior 2013: resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. 80 p.

JESUS, A. P. G. A. S.; YOSHIDA, N. C. P.; FREITAS J. C. A.. Prevalência da Automedicação entre acadêmicos de farmácia, medicina, enfermagem e odontologia. **Revista Estudos**, Goiânia, v. 40, n. 2, 2013, p. 151-164, jun.. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/download/2718/1659>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. Prevalência da Automedicação entre acadêmicos de farmácia, medicina, enfermagem e odontologia. **Dissertação**, Anápolis, v. 40, n. 2, 2011, p. 1-53, jun.. Disponível em: <<http://www.unucet.ueg.br/biblioteca/arquivos/monografias>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

JOAQUIM, M. R. **Automedicação versus Indicação Farmacêutica**. 2011. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas). Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Disponível em: <https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/1746/1/Auto_versus_ind.farm__final__.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2016. .

JÚNIOR, A. C. P.; FILHO, P. C. P. T.; AZEVEDO, D. S. S. Automedicação: consumo, orientação e conhecimento entre acadêmicos de enfermagem. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, v. 7, n. 6, 2013, p. 4472-8. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/4230/6441>>. Acesso em: 23 set. 2016.

LUZ, F. A. C. *et al.* Perfil comparativo da automedicação entre estudantes da universidade federal de Uberlândia. **Horizonte Científico**, v. 8, n. 1, 2014, 1-19. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/22529/14906>>. Acesso em: 12 out. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, 312 p.

MARTINS, M. C. C. *et al.* Uso de medicamentos sem prescrição médica em Teresina, PI. **ConScientiae Saúde**, v. 10, n. 1, 2011, p. 31-37. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/929/92917188005.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

MASSON, W. *et al.* Automedicação entre acadêmicos do curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Marília, São Paulo. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, v. 14, n. 4, 2012, p. 82-89. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/view/5123/384>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

MONTANARI, C. M. *et al.* Automedicação em acadêmicos de uma universidade pública do Sul de Minas Gerais. **Tempus, actas de saúde colet**, Brasília, v. 8, n. 4, 2014, p. 257-268. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1596>>. Acesso em: 17 set. 2016.

NARCISO, A. **Prevalência da Automedicação nos alunos do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas da ULHT**. 2013. 64 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3969/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Automedia%C3%A7%C3%A3o%20alunos%20MICEF_AnaNarciso.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 abr. 2016.

PINHEIRO, M. F. *et al.* Avaliação transversal do perfil de indivíduos portadores de nível superior praticantes de automedicação. **Saúde em Foco**, n. 06, 2013, p. 7-15. Disponível em: <http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2013/avaliacao_transversal.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

RODRIGUES, A.P. *et al.* A prática da automedicação em acadêmicos do curso de fisioterapia de uma instituição de ensino superior privada. **e-Rac**. v.5, n. 1, 2015. Disponível em:< <http://www.computacao.unitri.edu.br/erac/index.php/e-rac/article/view/589>> Acessado em: 24 abr. 2016.

SANTOS, P.S.; COUTINHO, G.C. **Avaliação da prática da automedicação em acadêmicos da associação educacional de vitória**. 2010. 43 f. Monografia (Graduação em Enfermagem) – Unidade de Conhecimento em Ciências Médicas e Saúde Curso de Graduação em Enfermagem, Espírito Santo, 2010. Disponível em: < <http://apps.cofen.gov.br/cbcentf/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/I19714.E8.T3468.D4AP.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

SANTOS, T. R. A. *et al.* Consumo de medicamentos por idosos, Goiânia, Brasil. **Rev Saúde Pública**, v. 47, n. 1, 2013, p. 94-103. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v47n1/13.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

SCHUELTER, F.; TREVISOL, D. J.; JUNG, G. S. e COL. Automedicação em universitários. **Rev Bras Clin Med**. São Paulo, v. 9, n. 6, 2011, p. 414-7. Disponível em: < files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2011/v9n6/a2556.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SCHUELTER-TREVISOL, *et al.* Automedicação em universitários. São Paulo, 2011. **Rev Bras Clin Med.**, São Paulo, 2011, v. 9, n. 6, p. 414-417. Disponível em: < <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2011/v9n6/a2556.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

SILVA L. B *et al.* Consumo de medicamentos e prática da automedicação por acadêmicos da área de saúde da Universidade Estadual de Londrina. **Revista Espaço para Saúde**. Londrina, v.16, n°2, 2015, p. 27-36. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/espacoparasaude/article/view/20417/pdf_66>. Acesso em: 03 abr. 2016.

SILVA, L. A. F.; RODRIGUES, A. M. S. Automedicação entre estudantes de cursos da área de saúde. **Rev. Bras. Farm.** v. 95, n. 3, 2014, p. 961 – 975. Disponível em: < <http://www.rbfarma.org.br/files/697--Automedicao-entre-estudantes-de-cursos-da-area--de-saude.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

SILVA, L. S. F. *et al.* Automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde de uma universidade privada do Sul do Estado de Minas Gerais. **Odontol. Clín.-Cient.**, Recife, v. 10, n. 1, 2011, p. 57-63. Disponível em: < <http://revodonto.bvsalud.org/pdf/occ/v10n1/a11v10n1.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SILVA, M. G. C.; SOARES, M. C. F.; MUCCILLO-BAISCH, A. L. Self-medication in university students from the city of Rio Grande, Brazil. **BMC Public Health**, v. 12, n. 339, 2012, p. 1-7. Disponível em: < <http://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-12-339>>. Acesso em: 15 set. 2016.

SOUZA, L.A.F. *et al.* Prevalência e caracterização de pratica de automedicação para alivio da dor entre estudantes universitários de enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 19, n. 2, 2011, p. 1-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n2/pt_04.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

TOMASINI, A. A.; FERRAES, A. M. B.; SANTOS, J. S. Prevalência e fatores da automedicação entre estudantes universitários no Norte do Paraná. **Revista Biosáude.**, Londrina, v. 17, n° 1, 2015, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/biosaude/article/view/25285/18476>>. Acesso em: 23 abr. 2016.